

Águas de
Camboriú
Saneamento SPE
S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2016 e
2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.
Camboriú - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que as obras da Estação de Tratamento de Água ainda não foram concluídas e a Companhia depende substancialmente do fornecimento de água pela Emasa - Empresa Municipal de Água e Saneamento do Balneário de Camboriú (“Emasa”) para cumprir com as suas obrigações do contrato de concessão. Essa dependência de fornecimento de água está contida no plano de negócios da Companhia, portanto, essas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos - Valores correspondentes

Chamamos a atenção para o fato que não examinamos o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas para o período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2016	2015 (não auditado)	Passivos	Nota	2016	2015 (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	66	6	Fornecedores e empreiteiros	9	3.387	26
Aplicações financeiras	5	42.245	1.482	Obrigações trabalhistas e sociais		285	-
Contas a receber de clientes	6	2.519	-	Obrigações fiscais		110	-
Estoques		138	-	Imposto de renda e contribuição social		73	4
Ativo fiscal corrente		2	-	Dividendos a pagar	7	408	-
Outros créditos		242	22				
Total do ativo circulante		<u>45.212</u>	<u>1.510</u>	Total do passivo circulante		<u>4.263</u>	<u>30</u>
Contas a receber de clientes	6	1	-	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	7	46.236	-
Ativo fiscal diferido	16	97	-	Total do passivo não circulante		<u>46.236</u>	<u>-</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>98</u>	<u>-</u>	Patrimônio líquido	11		
Intangível	8	9.192	1.178	Capital social		2.692	1.513
Total do ativo não circulante		<u>9.290</u>	<u>1.178</u>	Prejuízo acumulado		-	(34)
				Reserva de lucros		1.311	-
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.179
				Patrimônio líquido		<u>4.003</u>	<u>2.658</u>
				Total do passivo		<u>50.499</u>	<u>30</u>
Total do ativo		<u>54.502</u>	<u>2.688</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>54.502</u>	<u>2.688</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015 (não auditado)
Receita operacional líquida	12	20.539	-
Custos dos serviços prestados	13	<u>(15.810)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>4.729</u>	<u>-</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	14	(2.949)	(47)
Outras receitas operacionais		<u>10</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		<u>1.790</u>	<u>(47)</u>
Receitas financeiras	15	1.000	17
Despesas financeiras	15	<u>(222)</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>778</u>	<u>17</u>
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		<u>2.568</u>	<u>(30)</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	<u>(815)</u>	<u>(4)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício/período		<u><u>1.753</u></u>	<u><u>(34)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015 (não auditado)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício/período	<u>1.753</u>	<u>(34)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.753</u></u>	<u><u>(34)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 16 de setembro de 2015 (data da constituição - não auditado)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	1.513	-	-	-	-	1.513
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.179	1.179
Prejuízo do período	-	-	-	(34)	-	(34)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	<u>1.513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>	<u>1.179</u>	<u>2.658</u>
Aumento de capital social	1.179	-	-	-	(1.179)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.753	-	1.753
Destinação:						
Compensação de prejuízos com reserva de lucros	-	-	(34)	34	-	-
Reserva legal	-	86	-	(86)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(408)	-	(408)
Lucros retidos	-	-	1.259	(1.259)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>2.692</u>	<u>86</u>	<u>1.225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.003</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015 (não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	2.568	(30)
Ajustes para:		
Amortização	89	-
Juros sobre aplicações financeiras	(137)	(17)
Ajuste a valor presente de clientes	1	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	173	-
Baixa de títulos do contas a receber	132	-
	<u>2.826</u>	<u>(47)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.826)	-
Estoques	(138)	-
Ativo fiscal corrente	(2)	-
Outros créditos	(220)	(22)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	3.361	26
Obrigações trabalhistas e sociais	285	-
Obrigações fiscais	110	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(818)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	<u>2.578</u>	<u>(43)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(40.651)	(1.465)
Aquisição de intangível	(8.103)	(1.178)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(48.754)</u>	<u>(2.643)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Contas correntes líquida partes relacionadas	46.236	-
Integralização de capital social	-	1.513
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.179
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>46.236</u>	<u>2.692</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>60</u>	<u>6</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>66</u>	<u>6</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>60</u>	<u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na cidade de Camboriú, Santa Catarina. A Companhia foi constituída em 16 de setembro de 2015. Em 16 de maio de 2016, houve a transformação de sociedade limitada para sociedade por ações. A Companhia iniciou efetivamente suas operações em novembro de 2015 de acordo com o Contrato de Concessão nº 016/2015 firmado com a Prefeitura Municipal de Camboriú.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e outras disposições outorgados pelo município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de 35 anos.

O contrato prevê diversos compromissos até o final da concessão, necessários à modernizar e ampliar o sistema, nos termos fixados nas legislações Municipal e Federal.

Os principais marcos contratuais assumidos são: (i) cobertura de 98% de água potável até 2017, 99% até 2019 e até 2020 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 40% de esgotamento sanitário até 2020, 75% até 2021 e 100% até 2022, devendo manter esse índice até o final da concessão.

A implantação do sistema de esgotamento sanitário (coleta, afastamento e tratamento) não está dentro do escopo das atividades da concessão dos serviços, somente a operação, manutenção, ampliação e modernização (crescimento vegetativo) do sistema. O sistema de esgotamento sanitário será entregue pelo poder Concedente à Companhia.

Atualmente a Companhia adquire água tratada da EMASA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú “Emasa”, conforme descrito no Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 003/2014, para fins do cumprimento de suas obrigações previstas no contrato de concessão No 16/2015. Essa dependência de fornecimento de água está contida no plano de negócios da Companhia para o atendimento das metas contratuais pelo período de tempo necessário até a conclusão das obras da Estação de Tratamento de Água que está prevista para até o final do ano de 2018.

O fornecimento de água está suportado pelo contrato nº 01/2016 com vigência até setembro de 2020, sendo prorrogável mediante termos aditivos, por mais 12 meses. Por fim, a Companhia avalia não existir risco na interrupção de fornecimento de água tratada por parte da EMASA.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis a Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 8 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 16 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nesta demonstração financeira.

a. Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros e passivos não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c. Estoques

Os estoques de material e consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada

- Intangível em andamento;

São custos diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura que incluem gastos com material e mão de obra direta.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são as que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2016 e com relação a este assunto.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

(i) *Benefício de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Benefício pós-emprego - planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e comissões bancárias. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia tinha o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32% para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia passou a ter o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido tributáveis com base no lucro real, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) *Exposições fiscais*

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura*

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros / CPC 48	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes / CPC 47	Refere-se à convergência do IASB (<i>“International Accounting Standards Board”</i>), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu o pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 - Arrendamentos. Portanto, a adoção antecipada desse IFRS 16 - Arredamento não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2016	2015 (não auditado)
Bancos conta movimento	66	6
	66	6

Os saldos de bancos conta movimento compreende basicamente em depósitos bancários disponíveis.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2016	2015 (não auditado)
Aplicações pós-fixadas	75% a 100,4% do CDI	janeiro/17 - maio/21	42.245	1.482
			<u>42.245</u>	<u>1.482</u>

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações de fluxo de caixa como uma atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa de atividades de investimento.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 17 - Instrumentos Financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2016
Faturamento de serviços de água	2.046
Receita a faturar de serviço de água	647
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(173)</u>
	<u>2.520</u>
Circulante	2.519
Não circulante	1

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água em 31 de dezembro de 2016 era conforme segue:

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.
*Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
 findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015*

Classe de consumidor	Saldos vencidos		Total em 2016
	Saldos a vencer	até 180 dias	
Residencial	542	940	1.482
Comercial	144	108	252
Industrial	9	9	18
Setor público	27	14	41
Subtotal consumidores	<u>722</u>	<u>1.071</u>	<u>1.793</u>
Renegociações (i)	<u>157</u>	<u>96</u>	<u>253</u>
	<u>879</u>	<u>1.167</u>	<u>2.046</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2016 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 1 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 8,72% a.a. Em 31 de dezembro de 2016, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 1 de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	Saldos vencidos		Total em 2016
	Saldos a vencer	até 180 dias	
Residencial	(24)	(113)	(137)
Comercial	(2)	(11)	(13)
Industrial	-	(2)	(2)
Setor público	(2)	(11)	(13)
Renegociações	<u>(3)</u>	<u>(5)</u>	<u>(8)</u>
	<u>(31)</u>	<u>(142)</u>	<u>(173)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Natureza	Saldo em 2015 (não auditado)	(+) Adições	(-) Reversões	Saldo em 2016
Correntes	-	(369)	204	(165)
Renegociações	-	(9)	1	(8)
	<u>-</u>	<u>(378)</u>	<u>205</u>	<u>(173)</u>

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente e parcelado em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos a menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) baixadas como perda efetiva.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, de valores individuais até R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores até R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram baixados títulos diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 132.

7 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 75 (zero em 31 de dezembro de 2015) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício findo naquela data, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2016
Ativo não circulante	
Aquisições de ativo intangível no exercício	
Aegee Engenharia e Comércio Ltda. (c)	1.144
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	28
	1.172
Passivo circulante	
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	
Aegee Engenharia e Comércio Ltda. (c)	537
Aegee Saneamento e Participações S.A. (b)	155
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	9
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	20
	721
Passivo não circulante	
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	
Aegee Saneamento e Participações S.A. (d)	46.236
	46.236
	2016
Resultado do exercício	
Custo dos serviços prestados	
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	48
	48
Despesas de vendas, administrativas e gerais	
Aegee Saneamento e Participações S.A. (b)	903
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	170
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	65
	1.138
	1.186

- (a) Refere-se a serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A. e serviço de desenvolvimento e manutenção de software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.
- (b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Refere-se a contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário pela Aegee Engenharia e Comércio Ltda.
- (d) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante, referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 408 (zero em 31 de dezembro 2015) no passivo circulante referente a dividendos a pagar a sua acionista Aegee Saneamento e Participações S.A.

8 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2016			2015
			Custo	(-) Amortização	Líquido	(não auditado) Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	35	2,9%	1.178	(34)	1.144	1.178
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	846	-	846	-
Edificações de estações de tratamento	de 34 a 35	2,9%	2.149	(16)	2.133	-
Máquinas e equipamentos	de 10 a 25	8,2%	156	(3)	153	-
Outros componentes	de 03 a 15	13,5%	404	(33)	371	-
			4.733	(86)	4.647	1.178
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			4.506	-	4.506	-
			4.506	-	4.506	-
Software						
Licença de uso de software	03	33,3%	42	(3)	39	-
			42	(3)	39	-
			9.281	(89)	9.192	1.178

b. Movimentação do custo

Ativo	2015	2016		
	(não auditado)	Adições	Transferências	Custo
	Custo			
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	1.178	-	-	1.178
Instalações técnicas de saneamento	-	-	846	846
Edificações de estações de tratamento	-	-	2.149	2.149
Máquinas e equipamentos	-	156	-	156
Outros componentes	-	243	161	404
	1.178	399	3.156	4.733
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	-	7.669	(3.163)	4.506
	-	7.669	(3.163)	4.506
Software				
Licença de uso de software	-	35	7	42
	-	35	7	42
	1.178	8.103	-	9.281

c. Movimentação da amortização

Ativo	2016	
	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura		
Outorga / Contrato de concessão	(34)	(34)
Instalações técnicas de saneamento	-	-
Edificações de estações de tratamento	(16)	(16)
Máquinas e equipamentos	(3)	(3)
Outros componentes	(33)	(33)
	(86)	(86)
Software		
Licença de uso de software	(3)	(3)
	(3)	(3)
	(89)	(89)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou

na data de término das obras, indo até o termino do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2016.

9 Fornecedores e empreiteiros

	2016	2015 (não auditado)
Fornecedores de materiais e serviços	2.666	26
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	721	-
	<u>3.387</u>	<u>26</u>

10 Provisão para contingências

a. Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de pagamento, indenizações por danos materiais e morais, não existindo processo de valor individual relevante.

Os processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ R\$ 9 em 31 de dezembro de 2016 (zero em 31 de dezembro de 2015). E se referem substancialmente a ações de contestação de taxas sobre serviços e inscrição de cadastro de proteção ao crédito.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 27 de novembro de 2015, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A, e a acionista Aegea Engenharia e Comércio Ltda., subscreveram e integralizaram capital social na Companhia no valor de R\$ 1.513. Em 30 de dezembro de 2015, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A aprovou o crédito de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) para a Companhia no montante de R\$ 1.179.

Em 30 de junho de 2016, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., aumentou o capital social da Companhia no valor de R\$ 1.179, através da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), totalizando um capital social de R\$ 2.692.

Em 31 de dezembro de 2016 os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2016	2015 (não auditado)
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Aegea Engenharia e Comércio Ltda	0,01%	0,01%
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva Legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará a disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

d. Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2016 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	1.753
(-) Compensação de prejuízo do ano anterior	(34)
(-) Constituição da reserva legal	(86)
Lucro líquido ajustado	<u>1.633</u>
 Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	 408
 Dividendos distribuídos no exercício de 2016	 <u><u>408</u></u>
Dividendos distribuídos do resultado do exercício de 2016	<u><u>408</u></u>

A Administração da Companhia apresentará à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as contas do exercício, proposta para distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 408.

12 Receita operacional líquida

	2016
Serviços de abastecimento de água	14.450
Outros serviços indiretos de água	327
Receitas de construção	<u>7.669</u>
	<u>22.446</u>
 (-) Cancelamentos	 (595)
(-) Impostos sobre serviços	<u>(1.312)</u>
Total da receita operacional líquida	<u><u>20.539</u></u>

13 Custos dos serviços prestados

	2016
Pessoal	(699)
Conservação e manutenção	(130)
Serviços de terceiros	(1.823)
Serviços de terceiros para tratamento de água	(4.081)
Materiais, equipamentos e veículos	(93)
Amortização	(68)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	2
Custo de concessão	(60)
Custo de construção	(7.669)
Energia elétrica	(526)
Locação	(486)
Outros	(177)
	<u>(15.810)</u>

14 Despesas de vendas, administrativas e gerais

	2016	2015 (não auditado)
Pessoal	(862)	-
Conservação e manutenção	(9)	-
Serviços de terceiros	(1.106)	(40)
Materiais, equipamentos e veículos	(54)	(1)
Amortização	(21)	-
Energia elétrica	(3)	-
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(173)	-
Baixa de títulos do contas a receber	(132)	-
Seguros	(33)	-
Viagens e estadias	(39)	(1)
Impostos, taxas e contribuições	(4)	-
Locação	(132)	(2)
Publicidade e Propaganda	(245)	(3)
Outras	(136)	-
	<u>(2.949)</u>	<u>(47)</u>

15 Receitas financeiras líquidas

	2016	2015 (não auditado)
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	137	17
Juros e multa recebidos ou auferidos	188	-
Outras receitas financeiras	675	-
Receitas financeiras	<u>1.000</u>	<u>17</u>
Despesas		
Despesas com IOF	(7)	-
Despesas e comissões bancárias	(167)	-
Ajuste a valor presente de clientes	(1)	-
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(47)	-
Despesas financeiras	<u>(222)</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras líquidas	<u>778</u>	<u>17</u>

16 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está apresentada como segue:

	2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.568
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(873)</u>
Despesas indedutíveis	(14)
PAT e outros incentivos fiscais	48
Outras diferenças permanentes	24
Imposto de renda e contribuição social:	
Corrente	(912)
Diferido	97
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(815)</u>
Alíquota efetiva	<u>32%</u>
	 2015
	(não
	auditado)
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(30)
Resultado com apuração pelo lucro presumido	30
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>-</u>
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	(4)
Imposto de renda e contribuição social:	
Corrente	(4)
Diferido	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(4)</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis as diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em têm a seguinte origem:

	2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	59
Provisão para participação nos lucros	38
Ativo fiscal diferido	<u>97</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>97</u>

17 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 173, representando aproximadamente 6% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2016	2015 (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	66	6
Aplicações financeiras	42.245	1.482
Contas a receber de clientes	2.519	-
Total	<u>44.830</u>	<u>1.488</u>

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Fluxo financeiro - 2016							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	3.387	3.387	3.387	-	-	-	-
Dividendos a pagar	408	408	408	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	46.236	46.236	-	-	46.236	-	-
	<u>50.031</u>	<u>50.031</u>	<u>3.795</u>	<u>-</u>	<u>46.236</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo financeiro - 2015 (não auditado)							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	26	26	26	-	-	-	-
	<u>26</u>	<u>26</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2016	2015 (não auditado)
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	42.245	1.482

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das informações trimestrais. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. 2016	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
		Variação do CDI						
Aplicações financeiras	42.245		14,00%	5.914	7.393	8.871	4.436	2.957
				5.914	7.393	8.871	4.436	2.957

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.
*Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
 findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015*

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2016
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	66	-	66
Aplicações financeiras	5	42.245	-	-	42.245
Contas a receber de clientes	6	-	2.520	-	2.520
Total		<u>42.245</u>	<u>2.586</u>	<u>-</u>	<u>44.831</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	3.387	3.387
Dividendos a pagar	10	-	-	408	408
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	7	-	-	46.236	46.236
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.031</u>	<u>50.031</u>

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015 (não auditado)
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	6	-	6
Aplicações financeiras	5	1.482	-	-	1.482
Total		<u>1.482</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>1.488</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	26	26
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>26</u>

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos e das debêntures são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

18 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal referente a taxa de regulação que corresponde a 0,90% da receita operacional bruta.

19 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

20 Eventos Subsequentes

Em 11 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 38.000.000 (trinta e oito milhões de reais), com vencimento em 36 (trinta e seis) meses contados da data de emissão.

* * *

Contador

Percival Gratti Junior
Contador
CRC 1SP239268/O-9